



OS PCN's E OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DE CAMPO MOURÃO

Nayane de Abreu Schamberlain, (Fundação Araucária) - UNESPAR-Fecilcam,
nayaneschamberlain@hotmail.com
Zilda Ferreira Leandro – UNESPAR/Fecilcam. zildaleandro@hotmail.com

Resumo: Como sabemos, a construção de um espaço socialmente justo e ecologicamente sustentável é a base da educação Ambiental na perspectiva transformadora. A escola pode ser um dos locais apropriados e podem funcionar como propulsores dessas ações para que, efetivamente, esta transformação ocorra e alcance a sociedade e o ambiente que o cerca. Esta ação oriunda da escola pode vir a estimular a participação da comunidade e sua interação com a realidade local, integrando as práticas pedagógicas às necessidades e demandas da sociedade. Diante desse pressuposto, se faz imperativo investigar se as escolas estaduais de Ensino Fundamental das séries finais estão desenvolvendo projetos de educação Ambiental, interdisciplinares, trabalhados de forma transdisciplinar em seus currículos, e comprometidos com o desenvolvimento de capacidades ambientais que permitam intervir na realidade para transformar seu entorno. Esse é um estudo qualitativo do tipo estudo de caso e baseado num referencial de concepções sociais, a respeito do que seja Educação Ambiental para os professores, orientadores e alunos, com vistas a colaborar com o processo de sensibilização e efetiva aplicação de práticas e projetos de Educação Ambiental ecologicamente corretos no cotidiano.

Palavras-Chave: Projetos, Educação Ambiental, Concepções Sociais

INTRODUÇÃO

A escola é vista como um lugar capaz de educar, transmitir normas e valores aos estudantes, mas também tem a responsabilidade de contribuir no crescimento social e pessoal dos mesmos, bem como formar cidadãos reflexivos e responsáveis (GONÇALVES, 2000).

Atualmente há uma forte preocupação dos pesquisadores no que diz respeito aos vários problemas ambientais que a natureza vem sofrendo. Essas questões se colocam como um grande desafio: pensar em ações educativas para formar indivíduos capazes de refletir sua relação com a sociedade e o meio ambiente, para garantir qualidade de vida e condições de sobrevivência na Terra para as atuais e futuras gerações.

A sociedade está começando a despertar para as consequências dessa racionalidade instrumental, advindas do modo de vida específico baseado no consumo excessivo e na exploração dos recursos naturais.

Segundo Reigota (2009) “É consenso entre a comunidade internacional que a educação ambiental deve estar presente em todos os espaços que educam o cidadão.”, sejam esses espaços formais ou não formais.

A Sobre a inserção da Educação Ambiental no ensino formal, a Lei 9.795/99, na sua seção II – Da Educação Ambiental no Ensino Formal, no seu artigo 9º, diz que: “Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas [...]”.

Dessa forma, entendemos que a escola deve procurar desenvolver atividades que propiciem a formação de alunos a se tornarem aptos e capazes de decidirem, de atuarem em seu meio de forma comprometida com o bem estar da sociedade. Para isso, é imprescindível que a instituição não trabalhe apenas com transmissão de conhecimentos e conceitos. É necessário também a implementação de atividades procedimentais e atitudinais, a partir dos problemas locais, que abordem os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, com ações inclusive, fora do contexto escolar.

Penteado (2007) afirma que os alunos, quando são sujeitos ativos e participativos na ação educativa, adotam como consequência uma postura que os faz se envolver, se empolgar e aprendem muito mais, do que quando são apenas leitores e ouvintes.

Portanto, a Educação Ambiental trata a educação integrada à cidadania, à formação da consciência ecológica, saindo da sala de aula de forma transdisciplinar, desenvolvendo atitudes ambientalmente corretas.

No entanto, segundo Bruggër (1999), em muitas escolas no Brasil, as atividades que são relacionadas com a Educação Ambiental têm sido confundidas com algumas disciplinas ou apenas estão recebendo o caráter naturalista de preservação da natureza, realizando caminhadas através de trilhas ecológicas, realizando visitas a parques, ou a mananciais. A sensibilização para os problemas ambientais vem ocorrendo, através de participação em campanhas preservacionistas, comemorações do dia do meio ambiente, plantando árvores etc.. Enfatiza a autora, que essa é uma abordagem insuficiente para desenvolver valores e atitudes ecológicos.

Frente aos vários problemas ambientais, decorrentes das atividades praticadas pelo homem, torna-se necessário que o tema Meio Ambiente seja abordado de forma transdisciplinar e também no Ensino Fundamental. Pois as crianças, em contato com a natureza crescerão com mais conhecimentos e mais sensibilizados a respeito da forma como deverão tratá-la, evitando desde cedo os problemas de desrespeito ao meio ambiente. E isso pode diminuir o desequilíbrio entre a natureza e a sociedade em seu dia a dia.

Este é um estudo relevante para as instituições educacionais, alunos, professores e sociedade em geral, bem como para o meio ambiente que será diretamente beneficiado

pela efetivação das ações, uma vez que se pressupõem atitudes de conservação em relação ao mesmo, além de uma maior integração entre as disciplinas de forma que as mesmas dialoguem em benefício dos educandos e do meio em que vivem.

Observamos que o aprendizado descontextualizado, fragmentado sem correlações com as diversas áreas do saber e estas desconectadas com o ambiente físico, concreto, diminui nos educandos o sentimento de pertencimento, acarretando um distanciamento entre os problemas ambientais globais e os locais (MEDEIROS E BELLINI, 1997).

Portanto investiga-se as escolas estaduais de Campo Mourão, 1 central e 1 periférica, para verificar se estão desenvolvendo projetos de Educação Ambiental, interdisciplinares, trabalhados de forma transdisciplinar em seus currículos e comprometidos com o desenvolvimento de capacidades ambientais que permitam intervir na realidade para transformar seu entorno de acordo com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

DEFINIÇÃO DO OBJETO E PROBLEMÁTICA

A partir da década de 80, o Brasil, seguindo as recomendações da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e PNUMA (Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente), incorporou a terminologia “ambiental” no ensino formal, desde o fundamental ao ensino de pós-graduação. Como ficou definido na “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano” realizada em Estocolmo (1972) (PENTEADO, 2007).

Segundo ainda Penteado (2007), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 68, já formulou proposições que depois seriam aceitas internacionalmente, tais como: I - a Educação Ambiental não deve se constituir numa disciplina; II- por “ambiente” entende-se não apenas o entorno físico, mas também os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos inter-relacionados. Os 113 países assinaram esta declaração cujo artigo 19 diz:

[...] é indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens, como os adultos, dispensando a devida atenção aos setores menos privilegiados, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente em toda a sua dimensão humana.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225 entende o meio ambiente como um bem público; anteriormente a esta, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), de 1981, já promovia a Educação Ambiental (EA) em todos os níveis de ensino e a

conscientização pública para a preservação do meio ambiente. A temática ambiental passou a ser considerada como Tema Transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental. Segundo essa orientação, os temas transversais devem ser abordados pelas disciplinas convencionais em seus conteúdos e objetivos, pois são linhas do conhecimento que atravessam e se cruzam entre as diferentes disciplinas, atuando como fator estruturador e fio condutor da aprendizagem, potencializando valores, fomentando comportamentos e desenvolvendo conceitos, procedimentos e atitudes, que respondem às necessidades pessoais e da própria sociedade (BRASIL, 1996).

Por ocasião da Conferência Internacional Rio/92, cidadãos representando instituições de mais de 170 países assinaram tratados nos quais se reconhece o papel central da educação para a “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”, o que requer “responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário” (DIAS, 1999).

Retomando esta discussão, em nível estadual, destacamos o Plano de Trabalho de Educação Ambiental no Ensino Formal, envolvendo Técnicos da SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) através de sua Assessoria Especial, juntamente com Núcleos Regionais de Educação, Secretarias Municipais de Educação e do Meio Ambiente. Plano este que tem por função promover a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais.

Desta forma o trabalho realizado no Paraná está engajado no “espírito” estratégico de que a educação da comunidade é ponto fundamental para:

[...] consolidar as ações de Educação Ambiental em um processo permanentes, no âmbito dos currículos das instituições de ensino e governamentais, visando a melhoria da qualidade de vida, através da mudança de hábitos e da construção de valores que incorporem a dimensão social, cultural e econômica para defender e preservar os recursos naturais para as presentes e futuras gerações. (RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO – PARANÁ AMBIENTAL, 1999).

Assim, atribui-se à EA a tarefa de construir bases cognitivas e afetivas de uma sociedade ambientalmente saudável, o novo “paradigma da vida humana que emergiria do reconhecimento dos danos produzidos pela racionalidade moderna” (PENTEADO 2007).

Entretanto a atual prática das instituições governamentais, através do ensino formal procura viabilizar mudanças de atitudes, comportamentos e valores essenciais criando uma nova visão de mundo através de uma estratégia meramente protecionista.

Há muitas publicações na área de EA: boa parte delas já é criticada por Brugger (1999), Mazzotti (1998), Maturama (1995) entre outros, por não se vincularem à ecologia e serem mais “resíduos” do cienticismo do que ciência, isto porque apresentam caráter

basicamente informativo e descritivo em detrimento de uma ação realmente transformadora, tanto a níveis de valores quanto a níveis de ações concretas e efetivas.

A crítica dos autores corroboram os argumentos retóricos como “salvação da Natureza”, “busca do equilíbrio da natureza”, “desenvolvimento da consciência ecológica”, que se mesclam a metáforas e ideias impeditivas à compreensão do que está realmente ocorrendo nos ecossistemas.

Como pudemos ler em Mazzotti (1998), todos os anos, no dia da árvore o slogan é “plante uma árvore”, mas ninguém se questiona sobre as causas do desmatamento; ou, então, outro slogan é “recicle seu lixo”, mas não se questiona porque produzimos tanto lixo. Esta leitura para constatar o óbvio, não nos parece que resolva os graves problemas de destruição do ambiente. Na verdade, este modo de discursar sobre o ambiente provoca uma banalização dos temas ambientais, favorecendo abordagens superficiais, acríicas e unidimensionais do problema.

Brugger (1999) declara que, o sistema público de educação, tanto o ligado às Secretarias de Educação quanto os ligados aos projetos de educação dos cidadãos, em muitos aspectos, estão destituídos de importância para os aprendizes, pois, são superficiais e banais em suas propostas pedagógicas. É revoltante ler nos manuais de educação ambiental que precisamos ensinar os pobres, os índios, os negros a respeitarem o meio ambiente quando os grandes problemas ambientais são produzidos pelo sistema político que cada país elege para ter uma “economia mais desenvolvida”. Muitos até mesmo querem ensinar os índios da Amazônia a “fazer educação ambiental”, um delírio da pobreza pedagógica e do desconhecimento de nossa cultura indígena.

Vimos em Mayer, (1998) que as propostas de EA, davam ênfase na educação sobre o ambiente dos anos 70, veiculava informações acreditando que estas seriam um modo de evitar os riscos decorrentes das perturbações ambientais. No entanto verificou-se que a informação por si só não bastava para prevenir ou resolver os problemas. Nos anos 80 a EA foi centrada na educação no ambiente, no qual a atenção passou a ser direcionada para as dimensões afetivas como emoções, crenças e valores, sem, no entanto, dar uma conotação mais crítica e social da questão ambiental. Na década de 90 surge a necessidade de uma educação para o ambiente, em que se enfatizam as dimensões afetivas e cognitivas, de forma que as emoções, os valores sócio-culturais e conhecimento especializado travam relações ou se inter-relacionam de forma complexa e única para cada comunidade. Esta ênfase dá uma direção na busca do conhecimento, engajando as questões sócio-econômicas atuais, as quais perpassam toda estrutura governamental de educação.

Mata (1996) considera que a palavra meio deve ter significado concreto na vida dos sujeitos, sinalizar o seu entorno, o local onde se vive, se movimenta, enfim, espaços

próximos, contrariando a ideia de “portal verde”, muitas vezes difundida nas escolas e na comunidade em geral, cujas implicações são:

[...] associar meio ambiente a um altar sagrado, prometido, contemplado de longe e nunca acontecido e, por isso mesmo, cada vez mais distante, se não cambiante para o irreal. Por continuar longínquo e inacessível, não está ao meu alcance cuidá-lo. O meio ambiente é sempre e mais do outro. E, com isso a diligência é terceirizada. A difusão social da responsabilidade social com o meio, nessa perspectiva, faz do detentor de poder aquisitivo o seu maior, se não o único visitante; o que não significa por si só, o seu grande zelador. A outra implicação é de banir do seu contexto imediato, do seu cotidiano, a visão de meio ambiente. A vivência é próxima e o meio é distante (...). Assim concebendo, deixa de expropriar-se de sua condição primária de existência por escapismo do direito a um meio satisfatório e decente de vida (1996, p. 121).

Assim, a compreensão do meio próximo, através das concepções evidenciadas pelos próprios indivíduos, é o caminho possível para o desenvolvimento de uma proposta pedagógica de EA. Esta ideia também é encontrada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que deixa bem claro que:

[...] quando se trata de decidir e agir com relação à qualidade de vida das pessoas, é fundamental trabalhar a partir da visão que cada grupo social tem do significado do termo “meio ambiente” e, principalmente, de como cada grupo percebe o seu ambiente e os ambientes mais abrangentes em que está inserido, são fundamentais, na formação de opiniões e no estabelecimento de atitudes individuais, as representações sociais são dinâmicas, evoluindo rapidamente. Daí a importância de se identificar qual representação social cada parcela da sociedade tem do meio ambiente, para se trabalhar tanto com os alunos como nas relações escola-comunidade (grifo nosso – BRASIL, PCN / MEC, V. 9, p.31).

Como vimos, a construção de um espaço socialmente justo e ecologicamente sustentável é a base da EA na perspectiva transformadora. Diante deste pressuposto é imprescindível que a EA estimule a participação da comunidade e sua interação com a realidade local, integrando as práticas pedagógicas às necessidades e demandas da sociedade.

A escola pode ser um dos locais apropriado e o corpo docente e demais componentes da instituição podem funcionar como propulsores dessas ações, no entanto, o corpo discente precisa estar receptivo a essa interação, para que, efetivamente, esta transformação ocorra e alcance a sociedade e o ambiente que o cerca.

De acordo com Mayer (1998), a formação voltada à EA necessária ao professor está relacionada a processos de construção e reconstrução de conhecimentos e valores a partir do contexto escolar, das suas disciplinas, da organização do trabalho docente, percebendo as relações complexas que aí se estabelecem. Lago (1996) indica três dimensões fundamentais na formação do educador:

- (1) a dimensão relacionada à natureza dos conhecimentos presentes nos diferentes programas de formação;
- (2) a dimensão relacionada aos valores éticos

e estéticos que têm sido veiculados pelos mesmos e (3) o tratamento dado às possibilidades de participação política do indivíduo, tendo como meta a formação de cidadãos e a construção de uma sociedade democrática. e define que esta complexidade supõe o diálogo de saberes entre os diferentes sujeitos, as diferentes áreas do conhecimento entre os saberes populares e científicos.

Os PCNs, estabelecem orientações curriculares para o Ensino Fundamental. O grande desafio para o professor é possibilitar ao aluno desenvolver as habilidades necessárias para a compreensão do papel do homem na natureza. Para atingir este objetivo, é preciso entender que a vida é um sistema organizado e integrado, em constante interação com o ambiente físico-químico, bem como possibilitar ao aluno entender que ele é um organismo como todos os demais na natureza, sujeito às mesmas leis e que este deve reconhecer que a ação humana é capaz de gerar desequilíbrios ambientais, modificando ativamente o processo evolutivo e alterando a biodiversidade e sua relação com os outros (BRASIL 2006)

Pardo (2006) corrobora esta ideia ao defender que o desafio de todas as áreas do conhecimento é atuar como mediadoras e esclarecedoras para despertar na sociedade, por meio da prática educativa, a sensibilização para a preservação da natureza e sua utilização com responsabilidade. A questão que se apresenta é: será que estes conteúdos de fato auxiliam na compreensão dos problemas sócio-ambientais e políticos ou ainda é desconsiderada até por parte do corpo docente por ser despolitizado?

Portanto, a Educação Ambiental vem assumindo cada vez mais importância no Ensino Fundamental, pois deve associar com profundidade os assuntos das Ciências de forma interdisciplinar. Desta forma, poderá articular diferentes componentes curriculares, sendo considerada, assim, como tema transversal, e desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, como preceitua o Plano Nacional de Educação (2001).

Os problemas apresentados no meio ambiente e a forma como a educação ambiental está sendo abordada dentro da escola são temas abordados neste projeto de pesquisa. Desejamos investigar como os professores estão se posicionando em relação às questões ambientais, interpretando a tarefa educativa e se está concretizando a intervenção na realidade? Estarão eles tratando os valores Ambientais como conceitos ideais? Estão incluindo a perspectiva da Educação Ambiental no ensino dos conteúdos de todas as áreas de conhecimento escolar? Qual a proposta de Educação Ambiental que está sendo praticada? Que relações tais práticas, ditas de Educação Ambiental tem com o currículo escolar e com as disciplinas do currículo praticado?

Para responder a tais questões escolhemos escolas Estaduais de referência em Ensino Fundamental em Campo Mourão, 1 central e outra periférica, por acreditar que trabalhem com uma pedagogia voltada ao desenvolvimento da criticidade e consequente

consciência cidadã de seus educandos, com vistas a colaborar com o processo de difusão de atitudes ambientalmente sustentáveis e ecologicamente corretas no cotidiano, fato que elevaria a qualidade de vida da comunidade, tornando-a agente de transformação de seu entorno.

Assim, o problema a ser investigado gira em torno do tema transversal Educação Ambiental, as interfaces e contribuições das disciplinas curriculares na construção dos saberes sobre EA, concepções e saberes dos professores e como os alunos se apropriam e fazem uso dos conceitos trabalhados no ambiente escolar; pois nem sempre existe uma conexão entre o que se aprende e o que se faz; teoria e prática podem ser díspares.

Fato este que nos leva a questionar: se as disciplinas do currículo conduzem o educando a sensibilização dos problemas ambientais? O professor tem em mente que deve tratar deste tema de modo a desenvolver tal sensibilização, fazendo uma integração das propostas curriculares nas suas disciplinas? Que elementos inviabilizam a aplicabilidade deste saber por parte do aluno?

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) possuem seus temas transversais, que são eles: Ética, Pluralidade Cultural, Educação Ambiental, Qualidade de vida e Orientação Sexual. O tema transversal selecionado para a pesquisa foi Educação Ambiental, justamente por esse tema estar ligado ao curso de Turismo e Meio Ambiente, subsidiando a formação profissional da pesquisadora.

Foi analisado o município de Campo Mourão, como recorte espacial, uma vez que, o mesmo possui 15 Escolas Estaduais, o que facilita uma escolha apropriada do objeto a ser estudado. Na escolha das escolas, foram adotados como parâmetros a realidade diferenciada entre o centro e a periferia. Dentre as escolas, selecionamos as que se constituem em referencial, em função dos índices estatísticos educacionais, como IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica), projetos culturais e outras atividades contra-turno, desenvolvidas pelas escolas.

Entretanto, para resguardar o anonimato das escolas, garantindo informações verídicas e sigilo para o desenvolvimento da pesquisa, as denominaremos de: Colégio periférico e Colégio central.

O Colégio periférico, que em 1959, foi uma das primeiras escolas do bairro, no início possuía instalações modestas, que congregavam 50 alunos, em duas salas. Em 1961 foi criado o Grupo Escolar, aumentando o número de salas. Em 1970 e 1971 estava com

124 alunos e foi indicada a primeira diretora, já que até então era dirigido por duas professoras. No ano de 1972, a escola é transferida para o local atual. Em 1975 é autorizado o funcionamento do Ensino de 1º Grau. E em 1985 foi autorizado o Ensino de 2º Grau. Já em 1988 foi autorizada também a implantação da educação especial, que segue até os dias atuais. (DIA A DIA EDUCAÇÃO, 2013)

O Colégio central, em 1978 fazia parte de um Complexo que era formado por quatro escolas. Em 1952 criou-se o primeiro grupo escolar da cidade. No ano de 1957, após uma reunião entre direção, professores, autoridades escolares e membros da comunidade foi escolhido o nome do colégio. Em 1977 foi reconhecido o curso de 1º Grau. Já em 1993 houve autorização para o funcionamento do curso de 2º Grau. O curso de Educação Geral foi reconhecido em 1996. Um ano depois, foi autorizado para que o curso de 2º Grau Auxiliar de Enfermagem pudesse funcionar, mas em 2000 esse curso encerrou-se junto ao de Ensino Especial. Em 2004 o Ciclo Básico de Alfabetização finalizou suas atividades. No mesmo ano, foi regulamentada e organizada a oferta de um Centro de línguas estrangeiras. (DIA A DIA EDUCAÇÃO, 2013).

Enfim, as informações da pesquisa foram obtidas em *sites* oficiais do município de Campo Mourão e foram realizadas visitas exploratórias aos Colégios, assim como entrevistas informais com a Direção e a Coordenação pedagógica. Os questionários foram aplicados às escolas no mês de março de 2013. Primeiramente, foi pedido que, em relação ao questionário para os professores, que um professor de cada disciplina do Ensino Fundamental, respondessem a um questionário. No Colégio de área periférica, apenas seis professores responderam. E foram das seguintes disciplinas: Ensino Religioso, Inglês, Ciências, Português e dois de Matemática. Em relação à equipe pedagógica, três responderam. No Colégio de área central, as respostas vieram de quatro professores, das matérias de História, Ciências, Matemática e Geografia. A equipe pedagógica não devolveu os questionários.

Com base na análise feita por este método de pesquisa, constatou que, em relação à Educação Ambiental, o conceito da maioria dos professores fica restrito a sensibilização dos alunos em relação ao meio onde vivem, como por exemplo o lixo e a reciclagem. Mas reconhecem a importância da Educação Ambiental no currículo escolar. Quando perguntado, quem eram os autores que os professores utilizavam como fonte de pesquisa, apenas os professores do colégio periférico citaram os nomes de cinco autores, além de citar o uso de *internet*, livros didáticos e um não respondeu. No colégio central, os professores usam apenas de *internet* e livro didático. Dois responderam que não utilizavam e um não respondeu. Nota-se a falta de um referencial teórico comum para essas aulas ministradas no colégio de área central. Em relação aos temas abordados, os mais citados,

em ambas as escolas foram, desmatamento, lixo e economia de água. O que fica bem restrito, já que Educação Ambiental vai além desses temas citados.

A seguinte questão foi “Sabemos que o aumento dos problemas ambientais estão relacionados ao modelo capitalista e ao consumismo. Como se tem trabalhado com os alunos em relação a questão ambiental?” As respostas foram superficiais, no sentido de que todos temos que fazer nossa parte, em relação ao lixo, preservação entre outros. Pedagogicamente se utilizam de debates e conversas nas práticas. Quando questionado sobre a facilidade ou dificuldade de se trabalhar, no colégio periférico, apenas um professor encontra dificuldade. O que há de se ressaltar é que, dois professores de matemática, da mesma escola, responderam este questionário. Um não encontra dificuldades, pois usa de tabelas e gráficos. O outro encontra dificuldade, mas não comenta o motivo. No colégio central, também o professor da disciplina de matemática, encontra dificuldades para incluir o tema nas suas aulas, pois diz que a própria disciplina não oferece muita abertura. Vemos neste caso, uma procura de apenas um professor por integrar a Educação Ambiental na sua disciplina.

Quando perguntado sobre os métodos e práticas usados pelos professores, na escola periférica, apenas um professor demonstrou que fazia na prática o que os outros, discutiam em debates e comparações. Um professor não respondeu a essa pergunta. Enquanto no colégio central, um professor disse não utilizar de métodos ou práticas e os outros apenas citaram sobre o fato de inserir a Educação Ambiental na sua disciplina. Em relação à existência de dificuldades em viabilizar a prática do tema ambiental, a escola periférica teve três respostas como “não” e as demais que foram sim e seguidas de explicações. Suas dificuldades são em relação ao material e prazos estipulados. E o último professor, ressalta a questão de que, se trabalha a questão do lixo e mesmo assim, os alunos continuam a jogar lixo no pátio/rua, essa é a dificuldade encontrada por ele. No colégio central, as respostas foram, em sua maioria “não”, a única resposta oposta, explica-se pelo fato do pouco número de aulas.

A última pergunta, questionava a opinião dos professores em relação ao que a Educação Ambiental deve fazer, para produzir resultados de mudança, na sociedade. As respostas dos professores da escola periférica se resumem em “conscientização e junção de todas as esferas sociais”. Na escola central, as respostas foram mais diversificadas, pois foi citado também o trabalho em conjunto de toda a sociedade, mas ressaltaram a cobrança para que as leis se cumpram, e não deixar se influenciar pela mídia e a cobrança e fiscalização por parte do poder público.

A única escola que devolveu os questionários da equipe pedagógica, foi a periférica. Sendo assim, temos como resultado apenas essa escola.

São três, as pessoas que responderam este questionário. Dois profissionais já estão na área há mais de 20 anos e uma a 02 anos. A concepção de Educação Ambiental de dois desses profissionais é de que é o “envolvimento dos seres vivos”. O terceiro, é de que “desperta para as questões ambientais”. Todos afirmam que a escola proporciona curso de formação continuada. Segundo as resposta do questionário, há um projeto de Educação Ambiental na escola. É o “Preservar para Transformar” que está inserido na ACCC (Atividade Curricular Complementar em Contra turno). Quando perguntado se os professores seguiam a orientação dos PCNs para trabalhar o tema EA, 2 profissionais responderam que sim e um respondeu que não. Porém quando perguntado sobre o auxílio da equipe pedagógica dados aos professores para inserir o tema transversal EA, 2 responderam que é dado todo o suporte aos professores e os outros 2 disseram que não se orientam pelosPCNs. A contribuição da equipe pedagógica foi citada no apoio, orientação e incentivo aos professores, participação em projetos e propostas de trabalhos. Por fim, queria-se saber qual o papel da escola perante a sociedade. As respostas voltaram à esfera de ligar a escola com a comunidade.

CONCLUSÃO

Com base nos estudos já realizados, podemos concluir que a Educação Ambiental não está sendo envolvida em todas as disciplinas, como era a ideia inicial da Educação Ambiental. Sabemos também que é por conta de vários fatores, que não incluem isoladamente a escola. O conceito de Educação Ambiental dos próprios professores ainda é muito restrito às questões naturais e científicas. E que há diferenças entre os dois colégios, em situações como a utilização de autores específicos que incluem questões econômicas, sociais e políticas para trabalhar-se em sala de aula. O colégio periférico demonstrou que faz uso de referencial teórico, escolhido pelo professor, ligados à degradação ambiental. Em relação à equipe pedagógica, nota-se divergências nas respostas, pois não tem como compreender se são orientados ou não pelosPCN's no Colégio periférico. Os professores de matemática,entendem que independentemente da matéria, e se o professor tiver interesse em relacionar com problemas ambientais, é possível.O próximo passo do procedimento é a aplicação do questionário com os alunos das duas escolas, periférica e central. Portanto, a pesquisa prossegue buscando informações consistentes para o desenvolvimento da Educação Ambiental tanto em Colégios de periferias, como da área central.

REFERENCIAS

- BRASIL, **Congresso Nacional**. LDB – Leide Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, MEC, SEB. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC, SEB, 2006.
- BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2000.
- LAGO, P. F. A. **A Consciência Ecológica: luta pelo futuro**, Ed. UFSC, 1996
- MATA, S. F. **Meio Ambiente: entre a vida e o verde**. In Anis – Seminário Educação Ambiental e a Nova Ordem Mundial, p. 120 – 124, RJ, UFRJ/CFCH, 1996.
- MATURAMA, H. R., **Emociones y Lenguaje en Educacion y Política**, 8. ed., Santiago de Chile, Dolmen Ediciones, 1995.
- MAYER, M. **Educação Ambiental: de la investigación, Enseñanza de las ciencias**, Barcelona, 1998.
- MAZZOTTI, T. B. **Representação Social de “Problema Ambiental”**: *uma Contribuição à Educação Ambiental*, Art. da pesquisa de Doutorado realizada na USP, São Paulo, 1998.
- MEDEIROS, M. G. L. BELLINI, I. M. **Educação Ambiental como Educação Científica**, Londrina, Ed. UEL, 1997.
- CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE TBILISSI**, Paris: Unesco/Unep, 1977.
- PARDO, D. **Educação Ambiental como projeto**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PENTEADO, H. D. **Meio ambiente e formação de professores**. – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.
- REIGOTA, M.. **Meio Ambiente e Representação Social**, 3^oed. Cortês Ed. São Paulo, 2009.
- RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO – PARANÁ AMBIENTAL, Paraná, 1999).
- www.campomourao.pr.gov.br/Dia a Dia da Educação acessado em março de 2013.